

Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade

Melissa de Mattos Pimenta

Professora da UFRGS

Este artigo se propõe a discutir algumas dinâmicas de interação social nos diversos âmbitos de sociabilidade entre adolescentes e jovens que convivem em contextos sociais de grande exposição à violência. A partir de percepções de masculinidade, o texto problematiza como formas de sociabilidade entre jovens interferem no envolvimento com práticas violentas e/ou delituosas. O trabalho é resultado de 30 grupos focais com adolescentes e jovens de ambos os sexos conduzidos em cinco municípios brasileiros, como parte do projeto 'Juventude e Prevenção à Violência', conduzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com a Senasp/MJ.

Palavras-chave: juventude, violência, criminalidade, masculinidades, sociabilidade

The article **Masculinities and Sociabilities: Understanding youth Involvement in Violence and Crime** proposes to discuss some dynamics of social interaction in the various spheres of sociability between teenagers and youths who live in social settings which involve high exposure to violence. Based on perceptions of masculinity, the text critically questions how forms of sociability between youths affect their involvement in violent and/or criminal practices. The study is the result of 30 focus groups with teenagers and youths of both sexes held in five Brazilian municipalities and part of the project "Youth and Violence Prevention", conducted by the Brazilian Public Security Forum (FBSP) in partnership with Senasp/MJ.

Keywords: youth, violence, crime, masculinity, sociability

Introdução

Recebido em: 31/05/2012

Aprovado em: 13/06/2013

Este artigo tem como propósito desenvolver uma discussão acerca das dinâmicas de sociabilidade entre adolescentes e jovens vivendo em contextos sociais de grande exposição à violência, no sentido de compreender como essas dinâmicas estão associadas a práticas geradoras de atos violentos e/ou delituosos. A reflexão pretende contribuir, portanto, para um entendimento mais amplo dos processos sociais que levam adolescentes e jovens, especialmente do sexo masculino, ao envolvimento com a violência e o crime. O ponto de partida para essa discussão é a constatação, amplamente evidenciada, da crescente mortalidade de jovens por causas externas. Segundo o *Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil*, apesar dos avanços observados nas políticas de prevenção à violência desde 2003, "a taxa de mortalidade juvenil manteve-se praticamente inalterada ao longo do período e só teve um

leve aumento, passando de 128, em 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, em 2008” (WAISELFISZ, 2011, p. 17). De acordo com esse estudo, 73,6% das mortes de jovens em 2008 foram resultado de causas externas, prevalecendo, entre elas, o homicídio (39,7% das mortes), seguindo-se os acidentes de transporte (19,3%) e os suicídios (3,9%). Esse indicador também apresenta singularidades quando se leva em conta a faixa etária das vítimas:

[É] na faixa ‘jovem’, dos 15 aos 24 anos, que os homicídios atingem sua máxima expressão, principalmente na faixa dos 20 aos 24 anos de idade, com taxas em torno de 63 homicídios por 100 mil jovens” (Idem, p. 53).

Além disso, é preciso ressaltar as diferenças de gênero no que tange à mortalidade entre jovens, que atinge

contingentes do sexo masculino nas faixas etárias muito jovem e jovens-adultos, em todo o Território Nacional, sobressaindo-se a Região Sudeste, onde a mortalidade masculina chega a ser quase cinco vezes maior que a feminina, nas idades compreendidas no grupo de 20 a 25 anos (IBGE, 2009, p. 57).

Segundo Assis (1999), embora a violência praticada por jovens tenha se transformado em um problema grave para a sociedade brasileira, especialmente nos centros urbanos, “o nível de compreensão e pesquisa nacional acerca dos motivos que conduzem à violência não tem acompanhado o ritmo de crescimento da incidência desses crimes” (p. 19). Essas constatações reforçam a importância de se analisar e compreender os fenômenos da violência na juventude, em todos os seus aspectos, incluindo-se aí as diferenças marcantes observadas entre gêneros, classes e raças. A pergunta colocada neste texto não é tanto por que os jovens figuram entre as principais vítimas do homicídio, mas por que, em primeiro lugar, se envolvem em atos violentos que, no limite, podem ser letais. Como explicar a participação dos jovens nas estatísticas apresentadas no atual contexto de difusão dos fenômenos de violência na vida cotidiana?

Contextualizando o trabalho de pesquisa

Este artigo elabora uma reflexão acerca de alguns dos resultados parciais da primeira etapa de abordagem utilizando técnicas de pesquisa qualitativa, complementar à análise da associação entre “juventude” e “exposição à violência” que integrou o projeto “Juventude e Prevenção da Violência: Estratégias de Atuação”, desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud) e o Instituto Sou da Paz, com fomento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça (MJ), no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Nessa etapa, denominada “Narrativas da Violência” e realizada em 2009 e 2010, em vez de um panorama em ampla escala, com base em estatísticas sobre a população jovem, buscou-se um enquadramento qualitativo, que contemplasse as cinco macrorregiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e, ao mesmo tempo, possibilitasse estabelecer comparações entre diferentes localidades no critério de Território de Atenção do Pronasci. Foram selecionadas cinco municípios que apresentaram em 2008 taxas de óbitos por causas externas tipificadas como homicídios consideravelmente altas quando comparadas às taxas para a população geral, especialmente nas faixas etárias entre 15 e 29 anos: Rio Branco (Norte), Recife (Nordeste), Luziânia, município no entorno de Brasília (Centro-Oeste), São Paulo (Sudeste) e Porto Alegre (Sul). Em cada município, foram selecionados bairros com altos índices de violência, considerados focos prioritários de atenção do Pronasci: a Zona de Atendimento Prioritário 5 (Rio Branco), Ibura (Recife), Jardim Ingá (Luziânia), Brasilândia (São Paulo) e Vila Bom Jesus (Porto Alegre).

Foram realizados 30 grupos focais com adolescentes entre 15 e 17 anos e jovens de 18 a 24 anos de ambos os sexos, mães de adolescentes e jovens residentes nessas localidades e policiais militares com experiência de atuação e combate ao crime nos distritos selecionados, totalizando 197 participantes, sendo 135 adolescentes e jovens. Destes, 52,6% eram do sexo masculino e 47,4% do sexo feminino. A maioria dos participantes era de cor parda (46%) ou preta (29%), solteira e morava com a mãe ou ambos os pais.

Em relação ao grau de escolaridade, 40% não havia concluído o Ensino Fundamental, sendo que 7% sequer chegaram ao 5º ano. A média de anos de estudo entre os participantes era de 7,43. Somente 36 declararam ter algum trabalho. A maior parte não trabalhava ou estava desempregada. Considerando-se a renda obtida pelo do trabalho dos pais, irmãos e demais familiares no mesmo domicílio, além de benefícios como Bolsa Família e programas similares, a renda mensal dos participantes era, em geral, muito baixa: 46% declararam viver em domicílios com renda de até um salário mínimo.

Para a realização dos grupos focais, elaborou-se um roteiro de questões, com algumas atividades que propiciassem o debate, cujo principal objetivo era obter uma noção geral do grau de exposição à violência dos moradores da localidade em estudo, bem como sua compreensão do que é violência. É importante observar, entretanto, que o objetivo da pesquisa com grupos focais não era reunir adolescentes e jovens em conflito com a lei. Não se utilizou, portanto, nenhum critério de seleção baseado no envolvimento com o crime, embora em algumas discussões alguns participantes tenham manifestado, pontualmente, ter praticado delitos. Evidentemente, o tipo de amostra resultante não permite aprofundar a compreensão do problema da perspectiva dos sujeitos sabidamente envolvidos com crimes, mas os relatos eliciados durante as discussões em grupo mostraram claramente um grau de proximidade muito grande desses adolescentes e jovens com a violência e também com o mundo do crime.

Ao final, foram obtidos 225 testemunhos de episódios de violência, incluindo crimes violentos, como homicídio, e 106 experiências pessoais, das quais os próprios participantes foram vítimas ou testemunhas. Além disso, cabe ressaltar que muitos declararam ter parentes próximos (pai, mãe, tio, tia, irmãos, primos) e conviver com vizinhos envolvidos com o crime ou que se encontravam presos, especialmente por tráfico de entorpecentes.

Todas as sessões foram gravadas em áudio, e o conteúdo foi analisado empregando-se o *software* para dados qualitativos NVivo 8. As colocações dos participantes foram categorizadas, codificadas e comparadas entre gênero e faixa etária, sempre levando em consideração a localidade e o perfil do grupo (grupos de jovens, mães e policiais militares). A análise sociológica criteriosa dos conteúdos permitiu propor hipóteses explicativas dialogando com teorias já estabelecidas.

Cabe destacar que as diferentes localidades selecionadas para o estudo não compõem um todo homogêneo e certamente apresentam variações internas observáveis, quando se comparam capitais como Rio Branco e São Paulo. Entretanto, para fins deste trabalho, não serão analisadas as diferenças, mas as regularidades no relacionadas aos comportamentos de adolescentes e jovens capazes de aproximar esses contextos.

Violência, juventude e transições para a vida adulta

Desde o final do século passado, temos assistido à emergência de novas questões sociais globais, com destaque para as dimensões da violência, do crime e do controle social. Por um lado, crescem indicadores objetivos dessas dimensões: aumento do número de homicídios, recrudescimento de conflitos étnicos, raciais e religiosos, aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, escalada do narcotráfico etc. Por outro lado, amplia-se o entendimento da violência para outras esferas, especialmente o espaço da cotidianidade.

Nesse sentido, Tavares dos Santos (2009) aponta para a disseminação de fenômenos de violência difusa, que constitui uma crise de sociabilidade, chegando, no limite, às manifestações de violência, permeando as relações sociais e se realizando na inter-relação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança na vida cotidiana. Esse processo, situado em um contexto que ele e outros (2011) definem como “mundialização das conflitualidades”, é explicado por mecanismos de fragmentação social e exclusão econômica e social, dos quais

emergem as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da vida social e política contemporânea. A interação social passa a ser marcada por estilos violentos de sociabilidade, invertendo as expectativas do processo civilizatório (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 25).

Os fenômenos de violência, portanto, inserem-se em um conjunto de formas de conflitualidade configuradas como expressão de processos estruturais mais amplos, de exclusão, de acirramento de tensões sociais e disseminação de novas normas sociais calcadas em práticas que se expressam na violência doméstica contra a mulher e contra a criança; na violência simbólica contra grupos sociais com base em distinções étnicas, raciais, de orientação sexual e religiosa; na violência escolar, entre outras (TAVARES DOS SANTOS et alii, 2011). Nessa perspectiva, argumenta Barreira (2008), é possível perceber uma mudança analítica no deslocamento do foco de compreensão da “violência física” para a seara dos conflitos sociais, o que implica investigar de forma profunda os significados, valores e representações presentes nas práticas sociais, classificadas como conflitivas ou delituosas. Assim, o fenômeno da violência cede lugar paulatinamente à compreensão desses conflitos.

A reflexão desenvolvida neste artigo toma como objeto principal a violência entre jovens do sexo masculino. Embora essa problemática tenha permeado as discussões sobre a relação entre juventude e delinquência desde os primeiros estudos sociológicos (especialmente aqueles realizados pela Escola de Chicago sobre as gangues de rua nos anos 1920), nessa perspectiva os jovens têm sido tomados como objeto de investigação ora pela ótica do “problema social” (como adolescentes infratores ou jovens delinquentes, perturbadores da ordem pública, associados a condutas consideradas desviantes), ora pela ótica do “risco” (da toxicodependência, da gravidez precoce, do desemprego e da inserção precária no mercado de trabalho, das transições malsucedidas para a vida adulta). Essa dicotomia contribui para que esses atores não sejam vistos como sujeitos ativos dos processos sociais nos quais se encontram envolvidos, isto é, como participantes ativos das escolhas e decisões orientadoras de suas trajetórias biográficas (de escolarização, de inserção no mercado de trabalho, de formulação e realização de projetos individuais e familiares e, inclusive, de infração e delito). Por essa razão, a abordagem aqui adotada toma como objeto privilegiado de análise as manifestações dos participantes adolescentes e jovens dos grupos focais realizados.

A tensão entre “problema” e “risco” pode ser explicada pela forma como historicamente se delinearão as concepções de adolescência e juventude, respectivamente, e também pelas diferentes abordagens antropológicas, sociológicas e psicológicas aplicadas a essas categorias. Segundo o já clássico estudo de Ariès (1981), a separação entre infância, adolescência e idade adulta nem sempre foi nítida em todas as épocas, tampouco se realizou da forma como a conhecemos hoje. O surgimento do sentimento de infância implicou mudanças primeiramente no âmbito da família, especialmente a burguesa, quando ocorreu uma separação mais nítida entre o espaço familiar e o mundo exterior, assim como uma redefinição do lugar da criança no interior da família¹.

Posteriormente, a responsabilidade pela preparação para a vida adulta passou a caber também ao Estado, que tomou para si múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, sobretudo a educação (PERALVA, 1997). Ele, desse modo, institucionalizou as fases da vida, e passou a atuar, para a família contemporânea, como mediador dos dispositivos garantidores de sua reprodução social. A definição da infância, da adolescência e da juventude tornou-se uma construção cultural e uma categoria administrativa, jurídica e institucional. Passou-se a admitir haver idades às quais estavam associados certos direitos e atributos de maturidade, e que o ciclo da vida estava disposto segundo a sequência infância, maturidade e velhice. Surgiram também delimitações médicas, psicológicas e pedagógicas: o recém-nascido, a primeira infância, a adolescência, a juventude, o adulto, a terceira idade (PIMENTA, 2001, pp. 18-19).

Nesse sentido, há institucionalmente uma expectativa em relação à trajetória que o indivíduo deve percorrer até a condição adulta, resultante desse processo de “cristalização social das idades da vida” (PERALVA, 1997), ocorrido na constituição da modernidade. Espera-se que, nesse processo, denominado *transição para a vida adulta*, o indivíduo seja “capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto etc., e, desta maneira, manter a continuidade social” (EISENSTADT, 1976[1956], pp. 7-8).

Em geral, o ingresso na vida adulta parece coincidir com o período de transição da família de orientação para a de procriação, pois é nessa transição que se dá a mudança definida dos papéis associados à idade, de *receptor* a *transmissor* de tradição cultural (Ibidem, p. 10). Outros autores também consideram que o indivíduo passa então a ser responsável

1 Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco se instalou no seio da sociedade e a transformaria de fio a pavio. (...) O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa nova preocupação dos pais com a educação das crianças (ARIÈS, 1981, p. 277).

porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado), conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento) (PAIS, 1994, p. 24).

A partir do momento em que o jovem acumula essas responsabilidades, ele adquire o status de adulto. Porém, estudo recentes sobre a transição para a vida adulta no Brasil e outros países (PAIS, 1994, 2003; PIMENTA, 2001, 2007; CAMARANO et alii, 2004; ARRUDA, 2004; MELLO, 2005) apontam para uma pluralidade nas modalidades de transição. No contexto brasileiro, a transição para a vida adulta é marcada por profundas disparidades sociais, que obedecem a variações de classe, gênero, raça/cor, origem rural/urbana e, certamente, a diferenças regionais.

Arruda (2004), com base em estudos das edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1981, 1982, 2001 e 2002, observou que os homens tendem a iniciar o trabalho fora de casa um pouco mais cedo que as mulheres. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, elas tendem a ter filhos mais cedo que nas outras regiões e, muitas vezes, antes da formalização de uma união. É também nas regiões mais pobres do país, onde as taxas de reprovação e evasão escolar são comparativamente maiores do que no Sul e no Sudeste, que se encontram os jovens com menor número de anos de escolaridade. Há diferenças também no que diz respeito à raça ou à cor da pele: os jovens não brancos apresentam menos anos de escolaridade e as mulheres não brancas têm filhos mais cedo do que as brancas. As diferenças aumentam quando se comparam os jovens segundo quintis de renda domiciliar: quanto maior a renda, maior a escolaridade, maior a idade do início da vida ativa, de tornar-se chefe ou cônjuge e de ter filhos. Nesses últimos, especialmente entre as mulheres, é possível observar o fenômeno de “prolongamento da juventude” até idades mais tardias, em função do adiamento dessas etapas, especialmente a conclusão dos estudos e a idade do primeiro filho (PIMENTA, 2001).

Os estudos de Camarano et alii (2004) e Arruda (2004), além de trajetórias tradicionais e precoces, identificaram outras modalidades de transição, como a escolarização prolongada, que confirma a tendência de aumento da escolarização entre brasileiros; transições caracterizadas pela ausência de cônjuge e presen-

ça de filhos no domicílio, o que reflete a tendência de aumento no número de separações e divórcios; e, não menos importante, um crescente número de transições “indefinidas”, isto é, homens e mulheres chefes de domicílio ou filho(s), com ou sem cônjuge, com idade de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham.

Essas variações sugerem que diferentes modalidades de transição para a vida adulta, distintas dos modelos tradicionais, situam adolescentes e jovens na ótica do “problema” ou do “risco” e se tornam motivo de preocupação de especialistas, pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas, especialmente as que conjugam evasão escolar e desemprego juvenil, interpretadas como fatores associados ao início de carreiras criminais. A pergunta que se coloca é se no horizonte das perspectivas para a vida adulta os jovens compartilham os mesmos projetos e objetivos para o futuro que seus pares, independentemente de sua condição social.

Pesquisas qualitativas (PIMENTA, 2007) sobre trajetórias de transição indicam que não. O modo como os sujeitos respondem às diversas situações é indicador de como os fatores estruturais são percebidos e assimilados nas interações sociais cotidianas. Se, por um lado, jovens socializados em contextos de grande exposição à violência encontram limitações objetivas para o desenvolvimento de suas expectativas pessoais, isso não quer dizer que não encontrem formas alternativas de viabilizá-las, mesmo que isso signifique o envolvimento com atividades ilícitas. Mesmo aqueles em situação de “desvantagem social” não necessariamente têm uma percepção subjetiva pessimista ou negativa em relação a suas próprias chances de sucesso. E isso impulsiona esses jovens de modo a conquistar objetivos e realizar suas aspirações mobilizando redes de sociabilidade, estabelecendo ações afirmativas e renegociando novas identidades sociais nos diversos contextos de socialização.

É importante ter em mente, entretanto, que a percepção subjetiva dessas diferenças necessariamente passa pelo filtro do patrimônio de “disposições incorporadas” (LAHIRE, 2004) durante o processo de socialização, de modo que as ações dos sujeitos se desenvolvem não apenas no interior de limitações objetivas, mas no espectro do que é considerado possível ou mais adequado conforme aquilo em que acreditam ou que mais valorizam. Nesse sentido, as ações dos sujeitos não se dão no vazio; são orientadas por um repertório de representações, crenças, valores e disposições para pensar e agir incorporadas na interação social com os outros.

Dinâmicas de sociabilidade e masculinidades

O envolvimento de adolescentes e jovens com atos violentos e/ou delituosos, bem como tanto a elevada taxa de mortalidade por causas externas quanto o recrudescimento dos episódios de violência nos centros urbanos² apontam para a necessidade de se investigar os conflitos sociais *entre* jovens.

Sem pretender aplicar modelos explicativos previamente estabelecidos aos dados obtidos junto aos participantes, foi possível agrupar o conjunto de referências explicitadas durante as discussões em grupo segundo grandes grupos analíticos que apresentam certa coerência nos significados eliciados e, de certa forma, aproximam-se da estrutura apresentada por Assis (1999) de modelos teóricos explicativos que abarcam dimensões estruturais, sócio-psicológicas e individuais/subjetivas.

Um primeiro grande grupo é aquele que se refere aos *fatores determinantes estruturais*, isto é, à influência do contexto socioeconômico e das relações familiares como elementos catalizadores ou potencializadores do envolvimento com atos violentos ou ilícitos. Um segundo grande grupo são as *relações e interações sociais* em suas diversas formas (intrafamiliar, intra e intergrupos de pares). Um terceiro grande grupo se refere a *fatores subjetivos* que dizem respeito à agência individual, tanto nas motivações para o uso de drogas quanto para a violência e o crime. Pois para os fins deste artigo, serão discutidas somente as referências agrupadas como *relações e interações sociais entre jovens*.

Foi possível identificar, no interior das relações e interações com o grupo de pares, dinâmicas de sociabilidade complexas que ajudam a explicar como jovens de ambos os sexos se tornam vítimas e perpetradores de violência. As dinâmicas de sociabilidade, entendidas como as diferentes relações e interações sociais permeando a vida cotidiana de adolescentes e jovens, se dão predominantemente no contexto familiar e na convivência com amigos, colegas e vizinhos, denominados “grupos de pares”, uma vez que são do mesmo sexo e faixa etária que o grupo de referência.

Entre as dinâmicas que chamaram a atenção nas diversas localidades em que foi realizada a pesquisa, estão as rivalidades entre grupos de jovens – temática importante explicitada nas discussões, especialmente entre os adolescentes de 15 a 17 anos do sexo masculino. Os episódios de conflito podem

2 Essa percepção não é de hoje. Trata-se de uma tendência que vem sendo observada por pesquisadores brasileiros há pelo menos 15 anos. Como enfatizam Adorno, Bordini e Lima, (1999), “embora os dados e análises proporcionados quer pela literatura especializada internacional quer nacional apontem crescente envolvimento de adolescentes no mundo do crime violento, as mesmas fontes não cessam igualmente de apontar a crescente vitimização desses segmentos” (p. 8).

ocorrer entre indivíduos ou grupos, também denominados “bondes” e “galeras”³, dependendo da localidade. Os “bondes” ou “galeras” são grupos de jovens, geralmente de adolescentes, que se reúnem sob um mesmo epíteto ou codinome, muitas vezes formando uma sigla, por meio de laços de vizinhança, coleguismo e amizade. Há “bondes” só do sexo masculino, só do sexo feminino e também mistos. Há “bondes” no espaço da escola e fora dele, competindo por espaços de sociabilidade e diversão. Alguns desses grupos se tornam violentos e entram em confronto direto com similares rivais de outros bairros, em disputas com local e hora marcada, muitas vezes pela internet, por meio de sites de relacionamento.

P3: Aqui é o nosso bonde. Ali na outra sala é o bonde deles. Daí, sempre vai ter um que vai querer marcar uma guerra contra o outro e daí vão se pegar lá no pátio. (...)

P2: Daí vai um bonde que não gosta do outro e ficam se encarando, daí, ó...

P3: Nós somos aqui da Bonja. Nós queremos ir lá na Tuca curtir o baile funk. Se nós for lá e falar nós vamos tomar uma concha no ouvido!

(Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo masculino, Porto Alegre)

Nessa dimensão, não se trata de rivalidades ou disputas por controle de territórios envolvendo bocas de fumo e controle de entradas e saídas por grupos ligados ao tráfico, mas de rixas entre adolescentes e jovens dadas nos espaços públicos (dentro e fora dos bairros), com base em identidades comuns e no sentimento de pertencimento⁴. Os limites identitários são muito variáveis e não necessariamente se circunscrevem a fronteiras territoriais entre bairros, mas se referem também a categorias identitárias relacionadas a gênero, faixa etária, preferências musicais, práticas de lazer e torcidas organizadas de futebol, entre outros.

Esses conflitos podem ser analisados a partir de uma perspectiva teórica da *cultura da violência*, muitas vezes entendida como subjacente às subculturas juvenis. Nessa perspectiva, a violência é percebida como um “princípio de coordenação” das práticas ou, de forma correlata ao que propõe Machado da Silva (2010), um recurso para ação, que acaba por excluir outras formas de ajuste dos conflitos.

3 Formações como “bondes” e “galeras” têm sido objeto de estudo da sociologia desde seus primórdios, quando, ainda no início do século XX, as gangues juvenis urbanas foram alvo de interesse da Escola de Chicago. Embora haja diferenças temporais e culturais entre as gangues americanas, formadas com base nas relações de bairro e marcadas muitas vezes por características étnicas, os “bondes” e as “galeras” contemporâneas criadas entre adolescentes e jovens em grandes cidades brasileiras “podem ser interpretadas como recriações locais das gangues enquanto organizações vicinais de juventude, recriações que ressaltaram alguns elementos e apagaram outros, incorporando também alguns inexistentes nas gangues” (ZALUAR, 2004, p. 200). Entre os elementos inexistentes, destaca-se o caráter festeiro, especialmente a frequência a bailes, o estabelecimento de regras de convivência entre “galeras” e do antagonismo entre pessoas e grupos.

4 Segundo Scandoglio (2009), “Los ‘enemigos’, entonces, suelen ser representantes de grupos categorizados como ideológicamente opuestos; los lugares de los enfrentamientos son muy diversos, desde las respectivas zonas de reunión a las zonas intersticiales de ocio o tránsito; los motivos, finalmente, se basan en las antipatías designadas por la subcultura de pertenencia y el historial de desencuentros previo.” (p. 59)

Esse menino que eles iam matar (...) foi por causa que eles tavam bebendo num bar. Aí o menino olhou pra ele, só no olhar eles já acham que tá intimando. Aí pegou e tacou o copo de cerveja na cara do outro e aí saiu, pegou e foi embora. Aí no outro dia ele falou que ia matar. (Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, Luziânia)

É importante enfatizar que essas práticas não são exclusivas do sexo masculino, também sendo um recurso amplamente empregado nos conflitos femininos:

A maioria das mulher briga por causa de namorado. Eu sou assim, se der em cima do meu marido na minha frente, eu lasco a mão na cara!

(Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, Rio Branco)

Isso é possível na medida em que o recurso à violência é sancionado por valores e representações subjacentes constantemente reafirmados nas relações e interações sociais cotidianas, mesmo nos eventos e situações mais banais:

P3: Tudo quer arrumar briga, quer matar...

P4: Aqui qualquer coisa de esbarrão...

P3: Os moleque pequeno, qualquer coisinha, você dá uma paulada, você dá um tiro.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, São Paulo)

Partindo de interpretações históricas, diferentes argumentações procuram compreender a emergência de culturas violentas em contextos socialmente vulneráveis. Em estudo sobre as relações sociais cotidianas nas populações campesinas no ciclo cafeeiro florescente no século XIX entre as regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, Franco (1997) interpreta o uso da força e o recurso à violência como um padrão de comportamento institucionalizado nas relações entre membros do mesmo grupo ou comunidade. Segundo a autora, nas comunidades de cultura caipira, a ação violenta não é apenas legítima, mas também “imperativa, pois surge da constante necessidade de defender-se integralmente como pessoa” (p. 54). Já para Zaluar (2010), nos contextos urbanos é a velocidade do crescimento das cidades que

não permite que as práticas sociais urbanas de tolerância e civilidade sejam difundidas entre os novos habitantes (...) nem que os valores morais tradicionais sejam interiorizados do mesmo modo pelas novas gerações (p. 177).

Uma *cultura da violência* seria resultante, portanto, da “falta de socialização na civilidade e nas artes da negociação”, identificadas no âmbito mais amplo dos desenvolvimentos históricos que Elias (1993) chamou de processo civilizador.

Contudo, implícitos nesses conflitos encontram-se sistemas de valores baseados em representações do gênero masculino, nas quais são altamente valorizadas a bravura e a ousadia. Nessa perspectiva, a violência é componente da cultura ao estar inserida na regulamentação normativa da conduta e da autoconcepção como “homens altivos” (FRANCO, 1997). Em outros termos, esses enfrentamentos remetem a uma cultura da *honra e do respeito* a pautar as práticas sociais entre homens e podem ser analisadas na chave da masculinidade.

No decorrer da pesquisa, foi possível observar que a pressão para experimentar drogas ou tomar parte em atos violentos/delituosos, por exemplo, é exercida com mais frequência e de forma mais contundente entre adolescentes e jovens do sexo masculino. Para que haja o envolvimento tanto com drogas quanto com o crime, entretanto, é preciso se deixar influenciar, quer por provocação quer mesmo por coação. É interessante observar que esse discurso retira o indivíduo do foco central da ação, situando-o no outro. Porém, essa relação não é unívoca, pois os jovens manifestam o desejo de experimentar o que os amigos experimentam, além de procurarem o prazer, mas também sofrem a influência de determinadas situações, em que a defesa em relação a eventuais pressões do grupo se torna mais difícil. Além disso, há que se considerar a procura pela desinibição propiciada pela droga, muitas vezes almejada pelos jovens como um facilitador das relações sociais com seus pares (especialmente do sexo oposto), principalmente naqueles que vivem uma fase de menor segurança e autoestima (MIGUEL et alii, 2000, p. 113).

A provocação afeta tanto o sexo masculino quanto o feminino, porém, nesse caso, em menor grau:

P1: É, o amigo oferece.

P2: Então, talvez até saiba os risco, mas “tô ali com os meus amigo, por que eu não experimentar? Todo mundo tá experimentando!”

P3: Ou se não, se não vai fumar assim, você é zoado...

P4: É. Mais pra mostrar, se eles podem, você também pode! Tá junto com eles, entendeu?

Se você disser não, o que acontece?

P1: Num anda mais comigo!

P2: Num anda mais comigo! Ou se for homem, chamam você de bicha..

P4: ... é humilhado, você é um nerd, você é um besta.

P1: É. Sabe, a pessoa é muito humilhada.

Isso acontece mais com os meninos ou mais com as meninas?

[*Todas*]: Com os meninos!

(Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, São Paulo)

O que está subjacente às práticas de provocação são dinâmicas de construção e afirmação de identidades “masculinas”. A provocação coloca em questão autoimagens do que significa “ser homem/macho” e suscita comportamentos e/ou engajamento no sentido de afirmação da “masculinidade”. Adolescentes e jovens, portanto, são desafiados, sob pena de serem rotulados como “fracos”, “bichas”, “moles”, “cagões”, “caretas”, entre outros epítetos, a responderem a uma ofensa, a compartilharem um cigarro de maconha ou participarem de um assalto. Em alguns casos, pode haver coação, podendo o adolescente ou jovem ser expulso do grupo ou mesmo da localidade. Noutros casos, a provocação não é apenas verbal, mas pode degenerar em agressão física. No limite, essas práticas podem se deteriorar em violência letal entre jovens.

P2: Pra mostrar que ele é alguma coisa. Se alguém ofender ele, ele já quer mostrar que ele... é diferente. Se mexer com ele, a coisa esquenta.

P4: Muitas vezes é brincadeira, acontece briga na brincadeira. (...)

Tipo assim, tem meus amigos aqui, os amigos dele aqui, eu vou brincar com ele, os outros dão risada, ele já se sente humilhado, ofendido.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, São Paulo)

Nesses confrontos, a “masculinidade” de um e de outro é colocada em questão e a afirmação da identidade é dada por meio da violência. Isso levou a concentrar a discussão nas percepções de masculinidade nesse segmento no sentido de compreender de que formas essas percepções interferem nas práticas de sociabilidade articuladas a atos violentos e/ou delituosos.

É importante enfatizar a ideia de “identidades masculinas”, no plural, em vez de uma só identidade, uma vez que não é possível estabelecer a predominância de uma única identidade hegemônica sem relação com outras formas possíveis de exercício e afirmação do masculino. Essas formas também devem ser entendidas como construções sociais atravessadas por questões de classe, raça e relações de gênero (FROSH et alii, 2002). Além disso, é preciso sublinhar que, em primeiro lugar, a “masculinidade” não constitui um objeto coerente em si, a partir do qual é possível se chegar a generalizações sociológicas. Ela deve ser concebida, antes, como um aspecto no interior das relações sociais de gênero. E, em segundo lugar, é preciso ter em mente que nem toda masculinidade é violenta e a compreensão da associação entre masculinidade e violência exige análise e reflexão críticas acerca de como e quando ela surge.

Em relação à primeira destas duas últimas afirmações, estudos mais recentes (ALMEIDA, 1995; CONNELL, 1995; FROSH et alii, 2000; BOURDIEU, 2003; HEILBORN, 2004; CECCHETTO, 2004; ZALUAR, 2004, 2010), tanto da sociologia quanto da antropologia, centrados nas questões de gênero e, especificamente, na dicotomia masculino/feminino, têm apontado que esse conceito só existe em contraste com o conceito de “feminilidade”. Mais recentemente, a concepção de “masculinidade” desvinculou-se das definições essencialistas e normativas originárias do estrutural-funcionalismo e estudiosos abandonaram a noção de “papel sexual” atribuído ao gênero, em favor de uma concepção concentrada nos processos e nas relações por meio das quais homens e mulheres pautam o gênero.

Segundo Connell (1995), masculinidade é

ao mesmo tempo um lugar nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se engajam para ocupar esse lugar e os efeitos dessas práticas nas experiências corporais, na personalidade e na cultural (p. 71).

Nesse sentido, ela não é mais uma categoria *pe r se*, mas uma configuração de práticas estruturadoras do gênero nas diferentes dimensões das relações de poder, produção e investimento afetivo. Portanto, o gênero, como categoria social, é estruturador das relações entre homens e mulheres. Essas relações são formadas e transformadas historicamente, assim como a masculinidade e a feminilidade.

Em relação à segunda afirmação, não se pretende discutir aqui os processos históricos de consolidação das relações *desiguais* entre homens e mulheres evidenciadas nos modelos patriarcalistas de organização da família, nas diferenças de ganhos salariais e no acesso a ocupações profissionais de maior prestígio, bem como na vitimização nos casos de violência doméstica e sexual. O que se pretende enfatizar é que as práticas de dominação e subordinação também são pautadas pela violência física, psicológica e/ou simbólica entre gêneros e também *no interior* do gênero. Nesse sentido, um outro aspecto a ser destacado no desenvolvimento da concepção de masculinidade é o reconhecimento cada vez mais amplo de que a inter-relação entre gênero, raça e classe produz *masculinidades múltiplas*, marcadas por relações de dominação entre masculinidades hegemônicas e subordinadas, coniventes com e marginalizadas em relação a formas hegemônicas. Nas dinâmicas em grupo focal, esses eventos foram explicitados em todos os grupos do sexo masculino, especialmente no contexto das atividades de lazer, durante a noite, nos finais de semana e nos locais destinados ao ócio e à diversão: “Mas sempre tem pra estragar a festa. Assim, sabe? Ah, porque esse guri tá se achando, bah, vamo bater nele na saída” (Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, Porto Alegre).

Contudo, nas dinâmicas de sociabilidade entre homens não se configuram episódios de violência gratuita: as práticas por meio das quais masculinidades são afirmadas operam segundo regras de conduta específicas, que determinam e regulam o resultado das interações sociais entre pares. Na fala dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa, essas condutas são orientadas por códigos de honra ou “moral” não explícitos, mas subentendidos e compartilhados.

P1: Mas... atente ao que eu vou falar agora. Um não quer baixar a bola do outro.

P2: O moral.

P1: Porque homem é homem. Se eu for baixar o moral dele, ele não vai querer. Se ele for baixar minha moral, eu não vou querer. Porque o homem tem que ter sua moral. Agora um tem que respeitar o outro.

P2: Isso é verdade.

P1: Aí, se eu der um tapa nele, ele não vai querer se rebaixar pra mim. Aí, isso é o que cria uma confusão. E hoje em dia ninguém quer tá brigando de tapa. Se eu der um tapa nele, ele vai ali, volta armado e mete chumbo.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, Recife)

Nessa perspectiva, é como se houvesse um “jogo de espelhos”, no qual a autoimagem é construída a partir da relação: ao se desafiarem, o que está em jogo é a “honra” masculina⁵, que é reafirmada quando um se sobrepõe ao outro demonstrando força – às vezes, por meio de armas de fogo.

O que fica claro é que as identidades masculinas passíveis de serem identificadas na pesquisa emergem sempre da relação com o outro, seja na figura de um rival, de um grupo de adolescentes e/ou jovens rotulados como “inimigos”, ou de outras expressões de masculinidade subalternas. Nesse sentido, são sempre *relacionais*, e também dependem da interlocução com feminilidades com as quais correspondem e por meio das quais recebem suporte. Isso nos dá algumas pistas de como a adesão a determinadas práticas sociais e atitudes violentas podem ter motivações que vão além da afirmação de um “etos guerreiro” (ZALUAR, 2004)⁶, que caracterizaria essas formas de masculinidade hegemônicas encontradas em contextos de grande exposição à violência.

Conquistando o respeito

A importância do papel exercido pela relação com o grupo (do mesmo sexo e do sexo oposto) nos processos de construção e afirmação da autoimagem, especialmente para o sexo masculino, não deve ser minimizada. Nas discussões com adolescentes e jovens de ambos os sexos foi possível identificar um conjunto de comportamentos e atitudes expressando ideais de masculinidade/feminilidade e relações de *dominação* entre indivíduos e grupos.

5 Em um estudo em uma comunidade popular em Porto Alegre, Fonseca (2004) identificou variações nas acepções e práticas de afirmação da honra. Entre os jovens, por exemplo, “A tática (...) para projetar uma imagem pública de prestígio apoia-se na bravura, na virilidade, na generosidade. Bravura significa coragem: a coragem necessária para matar um adversário à sua altura, para ajudar os camaradas em perigo, para resistir às torturas da polícia em busca de nomes de cúmplices e uma solidariedade masculina que lembra a dos militares” (p. 26).

6 Zaluar usa essa expressão de Norbert Elias para designar um novo estilo viril que estaria germinando em alguns locais e grupos do Brasil, em detrimento do etos civilizado ou sociedade domesticada, caracterizada pelo uso expressivo da violência entre homens e grupos de homens.

Um primeiro conjunto diz respeito a atitudes propriamente masculinas que, entre adolescentes e jovens, vem associadas ao uso de drogas e à participação em delitos. Usar drogas, “pra mostrar que é homem”, “pra ficar doidão”, “pra estar por cima”, “pra ser mais que os outros” são atitudes manifestadas tipicamente em relação ao sexo masculino como forma de distinção em relação ao próprio grupo. Se envolver com roubos e assaltos, ou com o tráfico de drogas, “pra ser um fora da lei”, “pra ter respeito”, “pra ter moral”, “pra ser o maioral” seguem a mesma linha. Essas atitudes estão ligadas a comportamentos que visam expressar a ideia de superioridade, como portar armas na cintura, drogas (buchas contendo pedras de crack) nos bolsos, exibir-se com armas em perfis de redes sociais na internet, com o objetivo de impor e angariar *respeito* por meio da intimidação:

Por que se resolve começar a andar armado e a dar bola pros traficantes?

P1: Ah, porque eles querem se sentir os machão.

P2: [Se] sentir o maioral.

P3: Eles acham que andando com eles vão ser os dono da vila, que isso e aquilo...(..)

Que que é ser “o maioral”?

P2: Ah, eles querem chamar a atenção. Quer dizer que eles são os homens, que eles é que vão botar poder no lugar.

(Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, Porto Alegre)

P2: Muita gente não tem necessidade, entra mais pela sensação de poder.

P3: Querer ter fama!

P1: E mulherzada tem a rodo!

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, Luziânia)

Pra que que serve aparecer no Orkut com arma?

P2: Pra mostrar que tu é poderoso.

P3: Dizer que tu é poderoso, é. Que é homem, né, porque é o dono da boca.

O que eles ganham com isso? Acho que eles ganham o medo das pessoas, né?

P2: Pra eles é moral.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo feminino, Recife)

O que está em jogo é o que Fonseca (2004) descreve como a “honra masculina”, cujos atributos, no caso do jovem solteiro, diferem dos do homem de família. A base para a manutenção da honra é o respeito, e a sua perda (que pode acontecer à menor provocação) está na origem das brigas que, nos casos mais graves, resultam na morte de um dos adversários.

P1: Aqui é muito respeito, entendeu, procurar, aqui em periferia mesmo, procura saber quem é, pra depois fazer alguma coisa.

Como assim?

P1: Eu conheço você, eu não te conheço, eu chego em você, pô, você tá com o copo aqui, eu vou chegar, pum, pá! [*movimento de derrubar o copo*] Cê com a sua namorada aqui, cê com a sua namorada, vamo supor, exemplo, daí eu não conheço. Daí eu chego, e sei que cê taí. Só porque você não é do bairro, eu vou sair, pum, pá, bebendo, “Não, d’ái, põe na conta dele!” Pô, não conheço vocês, já começa uma briga, entendeu?

P2: O cara fica te provocando até você partir pra cima dele, entendeu?

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, São Paulo)

O acesso a armas de fogo, com efeito, é capaz de propiciar a adolescentes e jovens, especialmente aqueles envolvidos com o tráfico de drogas, poder de intimidação sobre a comunidade, mas também são reforçadas no interior da própria relação de dominação: o bandido, o traficante, por meio da prática de delitos, é tido como capaz de angariar recursos maiores e mais rapidamente do que os demais (que dependem da remuneração do trabalho).

P1: Eles querem ser ladrão porque... ladrão, eles têm a mulher que quiser.

P2: Ganha dinheiro fácil, né?

P1: Ganha dinheiro fácil, tem tudo o que quiser (...) É o super, de ser alto ixi, “Esse cara é dono da boca de fumo, ele é chegado.”

(Grupo focal com adolescentes de 15 a 17 anos, sexo feminino, Recife)

E o acesso a bens de consumo confere distinção e prestígio, tornados objeto de atração para as mulheres, que se apropriam do poder intimidador do parceiro para que elas próprias possam exercer poder e adquirir respeito.

P1: Tem mulher que faz questão de ser mulher de bandido, né?

P2: É, tem muita.

P1: Questão de abrir a boca pra dizer: “Ah, não, eu sou mulher de Fulano de Tal. Meu marido já foi preso, de tal coisa, artigo 157, artigo tal, todos os artigos” (...)

P2: Se você der um tapa em mim, eu vou avisar [*o Fulano*].

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo feminino, Recife)

Nessa acepção, há pelo menos duas identidades “masculinas” em confronto: a do “bandido/malandro” e a do “trabalhador”, construídas a partir da ideia de que o homem é o provedor (seja por meio das atividades ilícitas, seja por meio do trabalho regular).

O papel das mulheres na afirmação dessas identidades masculinas é fundamental: ao preferirem os homens que se distinguem pelo poder (econômico, social e de intimidação) no interior da comunidade, elas contribuem para que a identidade masculina associada ao “bandido” ganhe prestígio sobre a identidade do “trabalhador”, fazendo com que os jovens não envolvidos com o tráfico e não associados à identidade do bandido se sintam preteridos. Nesse caso, há uma clara troca entre poder econômico e sexo nas transações entre homens “bandidos” e as mulheres que se tornam suas companheiras.

P1: Eu vou ser bem sincero có'a senhora: a maioria dessas guria, não querem um macho trabalhador, um cara que é trabalhador, um fulano. Elas querem malandro, que tem arma na cintura, que tá com corrente.

P2: Elas querem o patrão da boca!

P1: Um macho trabalhador? Que que eu quero cum ele? Caretão, que puxa um pagodinho. Elas querem um vagabundo da boca, que punk que...

P2: Elas não querem os cagão vivo, elas querem os bandido da boca! (...)

P1: Eu quero o malandro. Bah, malandro é nós que trabalhamos, eles não são malandro!

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, Porto Alegre)

P3: Aí pra elas eles parecem ser os...

P1: Os malandrão, botou uma arma na cintura, eu tô com várias buchinha de pedra no bolso, ele é o cara! (...) Ele banca, né? Ele banca!

[risos]

P2, P4: É o que banca, é o que banca.

P1: É que nem as guriuzinha nova tão dizendo aqui: “Dinheiro na mão, calcinha no chão”.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo feminino, Porto Alegre)

Os recursos angariados por meio de atividades ilícitas propiciam não apenas o acesso a bens de consumo, como distinção e prestígio também no interior do grupo de pares. Nesse sentido, a carreira criminosa pode ser vista como um meio de ascensão social, diante da falta de oportunidades de trabalho e de renda. Poder consumir, incluindo-se atividades de lazer, também é fazer parte do grupo, e prover para si e para o grupo – ser “o cara” – configura-se como um atributo dessa identidade masculina.

P1: Ele acha que tá naquela fase que tá se achando, que tem mulheres do lado dele, sai com os amigos ele é o cara, vai pra boate, “Não, pode deixar que eu pago”, tá nessa fase de achar que ele é o cara, se ele puder, se eu puxar cem e ele puxar quinhentos reais, ele é o cara, né?

P3: Tem uma atitude de poder assim, de querer ser mais que o teu amigo.

O que é que ser “o cara”? O que precisa pra ser “o cara”?

P1: Às vezes ele não tem dinheiro, ó, vai chegar num coiso que ele tá aqui, às vezes num tem dinheiro, ele tá numa roda assim, aí o pessoal fica tirando ele. Aí “Pô, bicho, queria sair dessa vida e tal. Vou fazer alguma coisa”. Aí ele vem pra assumir os mais fácil, que é arrumar droga pra vender, pra ter dinheiro, pra tá na roda, tá bebendo, na hora que vai fazer uma intera, “Vamo fazer uma intera?”

P2: “Deixa que eu pago!”

P1: Tá, deixa que eu pago, então! Ele quer ser falado.

(Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, Rio Branco)

Esses dados sugerem que boa parte do “respeito” almejado por esses jovens está calcado em sua capacidade de prover – tanto para si quanto para os colegas, amigos e namoradas e/ou companheiras –, indicadora de independência econômica e fortemente associada a identidades masculinas hegemônicas. Segundo ZALUAR (2010, p. 189),

[A] possibilidade de enriquecer rapidamente e ter acesso ao consumo conspícuo é um importante elemento para definir as novas identidades masculinas bem-sucedidas. Ajudar amigos, vizinhos e parentes, impressionar a todos com a exibição de joias e roupas dispendiosas no seu próprio corpo, com festas e pagamento de bebidas a todos em locais públicos, são parte dessa estratégia do macho dominante em muitas sociedades, mas também a brasileira. Ela faz parte de um ciclo da masculinidade – o do jovem que se aproxima da vida adulta – sem o apelo ao casamento e às práticas tradicionais de reconhecimento familiar.

A aceitação e o prestígio angariados derivam, portanto, da capacidade desse jovem de alcançar esse status, denominado por Lyra (2013) de “sujeito-homem”, categoria nativa utilizada por garotos dos morros cariocas para designar o jovem que adquiriu a condição de adulto. Segundo o autor (p. 91),

[o] menino que acaba de se tornar sujeito-homem desempenha papéis adultos na comunidade onde vive; comunidade essa que o reconhece e o respeita como tal. Ao se tornar sujeito-homem e aderir ao crime, o menino do morro não está iniciando um processo social, mas o culminando.

Nesse sentido, no interior de seu contexto social de origem, entre aqueles com quem convive e por quem é reconhecido como tal, o jovem realiza sua transição para a vida adulta.

Conclusão

Conforme discutido anteriormente, as trajetórias de transição para a vida adulta são multifacetadas e a passagem por marcadores tradicionais de transição pode se dar de forma mais precoce ou mais tardia ou, ainda, sequer ocorrer.

Considerando o perfil da amostra de participantes, chama a atenção a variedade de situações vivenciadas por esses adolescentes e jovens: 10 jovens e cinco adolescentes declararam ser casados ou amasiados e 36 declararam ter filhos, inclusive 16 adolescentes entre 15 e 17 anos. Destaca-se a baixa escolaridade, com número médio de anos de estudo de 7,43 e o fato de nenhum dos participantes estar no ensino superior. Também chama atenção o fato de apenas 28% terem declarado ter algum trabalho, sendo que a maioria disse não trabalhar ou estar desempregada. Esses dados aproximam o perfil desses adolescentes e jovens ao da modalidade de transições “indefinidas,” utilizada por Camarano et alii (2004) para se referir ao caso dos jovens que não estudam nem trabalham.

Cabe ressaltar ainda que, para muitos adolescentes e jovens, principalmente do sexo masculino e vivendo em contextos urbanos de grande exposição à violência, a própria perspectiva de chegar à idade adulta encontra-se ameaçada. Como bem explicitou uma das participantes dos grupos focais realizados em Porto Alegre, “um adolescente aqui na vila não passa dos 18 anos”. Diante dessa constatação, cabe perguntar se é possível aplicar os mesmos modelos e expectativas em relação às idades da vida para esses adolescentes e jovens. Em outras palavras, só é legítimo considerar adultos autônomos aqueles que completaram a escolaridade obrigatória e estão inseridos no mercado de trabalho?

Os exemplos de referências analisadas aqui sugerem haver atrativos fortes para adolescentes e jovens de contextos urbanos de grande exposição à violência para o envolvimento com atividades ilícitas, especialmente os ganhos advindos dessas atividades e o prestígio e o poder angariados a partir da facilidade de obter armas e intimidar grupos rivais e competidores. Contudo, é possível considerar que a busca por alternativas, ainda que ilegítimas, ao mundo do trabalho, tenham como principal motivação a conquista da autonomia e do status de adulto?

Creio que o respeito – também associados a identidades masculinas bem-sucedidas – buscado por alguns desses jovens por meio de expressões de violência, força e da capacidade de dominação e controle de territórios, pontos de venda, mulheres e até mesmo comunidades, é sobrejacente a uma profunda necessidade de reconhecimento – que não

é conferido na esfera familiar, tampouco na realização escolar ou no mérito acadêmico e, muito menos, na esfera do trabalho. Essa necessidade permeia as relações de sociabilidade entre pares, expressa-se no desafio e nas provocações a demonstrações de hombridade e bravura, na preferência das mulheres que selecionam os homens “que bancam” e na fama adquirida por seus “bondes” e facções.

E parte dessa necessidade de reconhecimento pode ser entendida quando levamos em conta o profundo estigma a que esses adolescentes e jovens são submetidos por morarem em bairros violentos – tema amplamente discutido nos grupos focais e que configura objeto de outro artigo (PIMENTA, 2014, no prelo) – que os vitimiza e cerceia oportunidades de escolarização e trabalho. Acrescente-se ainda os episódios frequentes de violência policial, citados em todos os grupos focais, mas especialmente entre os adolescentes e jovens do sexo masculino, de cor predominantemente preta e parda, sofreadores de espancamentos, abusos de poder e humilhações.

Poder-se-ia dizer, então, que o reconhecimento como “bandido” é melhor do que reconhecimento nenhum, o que nos leva a refletir acerca das profundas disparidades sociais que transtornam as trajetórias e possibilidades de transição para a vida adulta desses adolescentes e jovens, bem como a importância de ações sociais que propiciem oportunidades efetivas de reconhecimento e mobilidade social. Nas palavras de um dos jovens participantes, ser reconhecido e valorizado como sujeitos capazes de realizar seu próprio futuro é de suma importância. Não por acaso, o reconhecimento é oriundo, sobretudo, dos amigos ou dos seus iguais:

Porque a sociedade, ela discrimina muito os jovens. (...) Curso aqui ajuda muito. As pessoas saem das drogas mesmo. Pô, vem aqui fazer o curso, é tratado bem, nunca é tratado mal. Porque as pessoas te escutam, te dão oportunidade. Cada dia que você acorda, “Pô, mãe, vou ali pro curso, porque ali tem meus amigos”. (Grupo focal com jovens de 18 a 24 anos, sexo masculino, São Paulo)

Os exemplos brevemente analisados aqui permitem constatar o quão variadas são as condutas juvenis e quais as influências e motivações subjacentes a elas, não se podendo falar em modelos unívocos para a compreensão da ação so-

cial. Nesse sentido, é de fundamental importância entender como representações e expectativas a respeito da imagem de si e do grupo se relacionam para configurar práticas de interação e sociabilidade, podendo envolver atividades ilícitas e/ou violentas ou não.

A problemática da violência que afeta adolescentes e jovens é muito mais ampla e complexa do que essa breve exposição de discursos e interpretações permite analisar. Evidentemente, as estatísticas de morbidade que sinalizam para o grave problema da escalada de mortes entre jovens, especialmente do sexo masculino, ainda em transição para a vida adulta, é um dado que não se pode ignorar e demanda intervenções imediatas por parte do Estado e da sociedade civil em seus diversos âmbitos representativos, no sentido de reduzir drasticamente os efeitos dos fenômenos associados à violência letal sobre essa geração, cujos anos de vida perdidos terão um impacto sobre o futuro que sequer podemos imaginar.

Uma reflexão verdadeiramente crítica e produtiva em termos de conhecimento capaz de fundamentar e apoiar ações nesse sentido requer, necessariamente, partir de uma concepção de violência que não se reduz, entretanto, à violência letal tipificada como homicídio. Antecipar e compreender a gênese de conflitos sociais que podem levar a esse nível de violência torna-se fundamental para o direcionamento de medidas eficazes no sentido de gerenciar esses conflitos. O entendimento da sua natureza é, portanto, o primeiro passo para a sua mediação.

A complexidade do fenômeno social da violência requer um esforço interdisciplinar, capaz de dar conta das múltiplas dimensões da vida social no âmbito do cotidiano e das práticas de interação social entre indivíduos e grupos. Não se trata de buscar estabelecer relações de causa e efeito, mas de fornecer elementos para a configuração de modelos explicativos adequados à realidade de adolescentes e jovens em seus contextos de convivência cotidiana.

A análise de referências obtidas por meio da pesquisa indica não haver relação de causa e efeito entre a associação com determinados tipos e o ato delituoso, tampouco com o uso de drogas e o crime, uma vez que as trajetórias de iniciação ao consumo (de drogas) e criminalidade envolvem condi-

cionamentos estruturais, fatores subjetivos e oportunidades, entre outros que não é possível abranger aqui. Essas trajetórias são multifacetadas e, no limite, não podem ser explicadas por meio da redução somente a um fator determinante ou outro. É preciso considerar as lógicas que embasam a tomada de decisões de indivíduos em relação aos seus atos perante suas identidades pessoais (percepções de si) e perante os grupos de pertencimento (percepções dos outros).

O objetivo deste texto foi, portanto, destacar a complexidade das dinâmicas sociais operantes nas relações entre grupos distintos – no caso, especificamente, as relações entre gêneros e no interior do gênero masculino. Procurou-se, portanto, chamar a atenção para os conflitos emergentes nas configurações de práticas de reivindicação de espaços, territórios e identidades, pautadas pela masculinidade, a partir das quais se observam códigos de conduta, regras sociais e associações implícitas do que são “honra” e “moral” do homem diante de outro e também de “bandidos” ou “malandros” e “trabalhadores”, categorias tornadas evidentes nesses confrontos.

Espera-se que, dessa forma, o entendimento de como se dá a produção de práticas violentas e/ou delituosas nos contextos definidos como vulneráveis ou expostos à violência e crime possa contribuir para superar as interpretações unívocas, lineares e casuísticas que tendem a associar pobreza à violência e ao tráfico de drogas, matizando esses contextos com mais clareza em relação às dinâmicas de interação social entre adolescentes e jovens em suas particularidades e especificidades.

Referências

- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliane [e] LIMA, Renato Sérgio de. (1999), “O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana”. São Paulo em Perspectiva, Vol. 13, nº 4, pp. 62-74.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. (1995), Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa, Fim de Século.
- ARIÈS, Philippe. (1981), História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Zahar.
- ARRUDA, Marcela Rocha de. (2004), Prolongamento da juventude: Opção ou falta de opção? Dissertação (mestrado), Ence.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. (1999), Traçando caminhos em uma sociedade violenta: A vida de infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- BARREIRA, César. (2008), Cotidiano despedaçado: Cenas de uma violência difusa. Fortaleza/Campinas, UFC/Funcap-CNPq-Pronex/Pontes.
- BOURDIEU, Pierre. (2003), A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand.
- CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; PASINATO, Maria Tereza [e] KANSO, Solange. (2004), “Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros”. Última Década, nº 21, pp. 11-50.
- CECCHETTO, Fátima Regina. (2004), Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CONNELL, Robert W. (1995), Masculinities: Knowledge, Social Power and Change. Berkeley, University of California Press.
- EISENSTADT, Shmuel N. (1976), De geração à geração. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, Norbert. (1993), O processo civilizador, Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro, Zahar.

- FONSECA, Cláudia. (2004), Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- FBSP. (2010), “Narrativas regionais”. Documentos do projeto “Juventude e Prevenção à Violência”. São Paulo/Brasília, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)/Senasp/MJ, mimeo.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1997), Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Editora Unesp.
- FROSH, Stephen; PHOENIX, Ann [e] PATTMAN, Rob. (2000), Young Masculinities: Understanding Boys in Contemporary Society. Nova York, Palgrave.
- HEILBORN, Maria Luiza (org). (2004), Família e sexualidade. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- IBGE. (2009), Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil: Série Estudos e Pesquisas, Vol. 25. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- LAHIRE, Bernard. (2004), Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais. Porto Alegre, Artmed.
- LYRA, Diogo. (2013), A república dos meninos: Juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro, Mauad.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2010), “Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: Uma tomada de posição”. Em: BARREIRA, César (org). Violência e conflitos sociais: Trajetórias de pesquisa. Campinas, Pontes.
- MELLO, Juliana Leitão. (2005), Transições para a vida adulta: Os jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado), Ence.
- MIGUEL, Nuno; MAIA, António [e] GOMES, Maria do Carmo. (2000), “Traços, laços e dependência (A experimentação de drogas)”. Em: PAIS, José Machado (org). Traços e riscos de vida. Porto, Âmbar.
- PAIS, José Machado. (2003), “The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life”. *Journal of Youth Studies*, Vol. 6, nº 2, pp. 115-126.

- _____. (2001), *Ganchos, tachos e biscates*. Lisboa, Âmbar.
- _____. (1994), *Culturas juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PERALVA, Angelina. (1997), “O jovem como modelo cultural”. *Revista Brasileira de Educação*, nºs 5 e 6, pp. 14-24.
- PIMENTA, Melissa de Mattos. (2007), “Ser jovem e ser adulto: Identidades, representações e trajetórias”. Tese (doutorado), FFLCH, USP.
- _____. (2001), *Jovens em transição: Um estudo sobre o processo de transição para a vida adulta entre estudantes universitários em São Paulo*. Dissertação (mestrado), FFLCH, USP.
- _____. (2014, no prelo) “Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 14 nº 4.
- SCANDOGGIO, Bárbara. (2009), *Jóvenes, grupos y violências: De las tribus urbanas a las bandas Latinas*. Barcelona, Icaria.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (2009), *Violências e conflitualidades*. Porto Alegre, Tomo.
- _____; TEIXEIRA, Alex Niche [e] RUSSO, Maurício (orgs). (2011), *Violência e cidadania: Práticas sociológicas e compromissos sociais*. Porto Alegre, Sulina/ Editora da UFRGS.
- WAISELFISZ, Júlio Jacobo. (2011) *Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil*. São Paulo/Brasília, Instituto Sangari/MJ.
- ZALUAR, Alba. (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. (2010), “Do dinheiro e dos homens no tráfico de drogas”. Em: WESTPHAL, Marcia Faria [e] BYDŁOWSKI, Cynthia Rachio (orgs). *Violência e juventude*. São Paulo, Hucitec.

RESUMEN: El artículo **Masculinidades y sociabilidades: Entendiendo el involucramiento de jóvenes en la violencia y criminalidad** se propone discutir algunas dinámicas de interacción social en los distintos ámbitos de sociabilidad entre adolescentes y jóvenes que conviven en contextos sociales de gran exposición a la violencia. A partir de percepciones de masculinidad, el texto problematiza cómo formas de sociabilidad entre jóvenes interfieren en el involucramiento con prácticas violentas y/o delitos. El estudio es resultado de 30 grupos focales con adolescentes y jóvenes de ambos sexos, llevados a cabo en cinco municipios brasileños, como parte del proyecto "Juventude e Prevenção à violência" conducido por el Foro Brasileño de Seguridad Pública (FBSP) en asociación con la Senasp/MJ.

Palabras clave: juventud, violencia, crimen, masculinidad, sociabilidad

MELISSA DE MATTOS PIMENTA (melissapimenta@gmail.com) é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS. É doutora, mestre e bacharel em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil).